

Brossard faz defesa do sistema parlamentarista

AGÊNCIA ESTADO

A adoção do sistema parlamentarista puro no Brasil foi defendida ontem, pelo ministro da Justiça, Paulo Brossard, em São João del Rey (MG), onde recebeu da Câmara de Vereadores o título de cidadão honorário. Brossard pregou o parlamentarismo tanto em entrevista coletiva quanto no discurso na Câmara da cidade do falecido presidente eleito Tancredo Neves. Negando falar em nome do presidente José Sarney, o ministro esclareceu que prefere ver o novo regime instalado após o término do mandato atual.

Brossard definiu o sistema parlamentarista como "o mais adiantado, o mais dúctil, o mais moderno, o menos imperfeito dos modelos sob os quais a democracia representativa se pratica", e ressaltou que, "a não ser adotado em sua inteireza, com suas singelíssimas regras, que asseguram o equilíbrio efetivo entre os poderes, antes não adotá-lo". O ministro da Justiça, partidário histórico do parlamentarismo e discípulo de Raul Pilla — a quem chamou de "admirável apóstolo" desse sistema —, explicou seu ponto de vista: "Cada sistema de governo obedece a um conjunto de regras íntimas, que lhe dão unidade". Não se deve alterar nenhuma dessas leis, na opinião do ministro, como se tem sugerido ultimamente na Assembléia Nacional Constituinte.

Paulo Brossard citou dois preceitos que "são peças necessárias e im-

prescindíveis" do parlamentarismo: "A moção de desconfiança, pela qual se apura a responsabilidade do governo perante a Câmara, e a dissolução desta por ato do chefe de Estado". O ministro confessou ter "receio das combinações cerebrinas" não comprovadas pela experiência.

Em entrevista, Brossard justificou a adoção do parlamentarismo após o mandato do presidente como "a inauguração de um regime novo". Ele disse discordar do conceito corrente entre as pessoas de que o presidente da República, no sistema parlamentarista, não tem importância. Em seu entender, o cargo é muito importante, "só que diferente daquele do regime presidencialista". Por esse motivo, explicou o ministro da Justiça, é que a eleição do presidente no parlamentarismo se faz por critérios diferentes. "Para um presidente que vai presidir e não governar, as qualidades que se pedem são especiais. Nada mais natural do que iniciar a prática do novo sistema com a vestimenta completa para o seu sucesso."

PROGRESSO "DIÁRIO"

Em seu discurso na Câmara dos Vereadores de São João del Rey, Paulo Brossard elogiou o governo Sarney, que tem cumprido "religiosamente e escrupulosamente" os compromissos de Tancredo Neves. "Em apenas dois anos e meio, a despeito do imenso infortúnio inicial, não houve um dia em que o País deixasse de progredir no sentido da normalização institucional, não se registrando jamais um retrocesso".

O ministro referiu-se ainda à paz institucional alcançada, já que "reinou e reina a mais absoluta liberdade de imprensa, a sindical, a universitária, a partidária, a política", e lembrou que a Assembléia Constituinte, eleita, "passou a trabalhar livremente, sem que o governo se queira lhe apresentasse um esboço de projeto constitucional".

Brossard fez uma ressalva à situação atual: "Estamos vendo algumas manifestações epileptóides de democracia, ou seja, de falsa democracia, como se nada tivesse sido alcançado nestes 30 meses de novo governo". O ministro se referia a "grupos minúsculos", que não especificou: "A despeito dos enormes progressos políticos que se vêm registrando, sem um só retrocesso, insisto em notar que a convivência e a própria co-existência vêm sendo contraditadas com quase ferocidade por parte de grupos minúsculos, sem dúvida, mas de marcada exacerbação, muito pouco compatíveis com o que se poderia chamar de convívio democrático".

O discurso de Paulo Brossard em São João del Rey fora anunciado aos veículos de comunicação de Minas, durante a semana, por assessores seus, como de muita importância. Mais tarde, quando o ministro visitava o túmulo de Tancredo Neves, acompanhado da viúva, dona Risoleta, seu assessor comentou que para Brossard ser leal é falar o que pensa, e não seguir o presidente José Sarney em todos os seus pensamentos.



Carlos Chicarino - 18/3/87

João Figueiredo

Sindicalistas retornam desanimados

BRÁSILIA
AGÊNCIA ESTADO

Após permanência de quatro dias em Brasília, durante os quais mantiveram reuniões com o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, com lideranças partidárias e ainda participaram de seminário sobre questões de interesse do trabalhador, os presidentes da CUT, Jair Meneguelli, e da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, o "Joaquinzão", retornaram a São Paulo praticamente de mãos vazias e com pouca esperança de verem atendidas as reivindicações relativas à futura Constituição.

Ontem, os dois dirigentes sindicais deram entrevista para comentar os resultados dos entendimentos mantidos com Bernardo Cabral. De acordo com Jair Meneguelli, além da eliminação do dispositivo que fixava em 53 anos a idade mínima para aposentadoria, combinado com a exigência de 30 anos de trabalho para a mulher e de 35 para o homem, nada mais foi conseguido.

Meneguelli afirmou que Bernardo Cabral manifestou disposição de aceitar a estabilidade no emprego aos dois anos de serviço, desde que acordo nesse sentido seja firmado entre as lideranças sindicais e os empresários. Segundo o presidente da CUT, o deputado Luiz Inácio da Silva (PT-SP) já entrou em contato com os presidentes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador Albano Franco, e da Flesp, Mário Amato, mas nada ainda foi acertado.

AGORA, PRESSÕES

Conforme relato de Meneguelli, o relator admitiu ter ficado "sensibilizado" com a proposta de redução do período semanal de trabalho para 40 horas, mas também nessa questão nada ficou definido. Por isso, o presidente da CUT anunciou mobilização dos trabalhadores para pressionar os constituintes durante a votação na Comissão de Sistematização e no plenário da Constituinte, o que será feito não só pelas bases, mas por meio da divulgação dos nomes dos parlamentares que votarem contra os interesses do trabalhador.

"Joaquinzão" admitiu ter ainda alguma esperança com relação à Constituinte. Mas não defendeu com veemência o limite de 40 horas de trabalho semanais, lembrando que a medida beneficiaria só algumas regiões. E citou o caso de São Paulo, onde centenas de empresas já implantaram o sistema de 42 horas por semana.

Pedida suspensão dos decretos-leis

A suspensão dos decretos-leis durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte foi proposta, ontem, pelo deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), com o apoio de outros 190 constituintes. O projeto de decisão do parlamentar petebista só será aprovado no plenário da Constituinte se contar com o apoio da maioria absoluta — 180 votos, pelo menos.

Ao defender a proposta, o deputado Arnaldo Faria de Sá afirmou que, diante dos fatos e para a tranquilidade dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, espera o apoio da maioria dos parlamentares para a aprovação imediata do projeto de decisão. Pela Constituição atual, o Congresso não pode emendar decretos-leis, mas só aprová-los ou rejeitá-los.

"Golpe não depende do que está escrito"

PORTO ALEGRE
AGÊNCIA ESTADO

O ex-presidente João Figueiredo, comentando ontem a polémica sobre o papel constitucional das Forças Armadas, tema em debate na Constituinte, observou que, "se as Forças Armadas tiverem que intervir, vão intervir à despeito do que esteja ou não escrito na Constituição. Então, vão dizer que são contra a Constituição e vão mudá-la. Essa questão não vai depender do que estiver escrito na Carta, mas no coração de cada brasileiro". Figueiredo criticou, porém, a proposta de apenas ser permitida a intervenção das Forças Armadas se houver solicitação de um poder da República. Para ele, isso poderá gerar conflitos e impasses "com um poder solicitando a interferência e o outro não".

O ex-presidente que viajou para Porto Alegre a fim de pronunciar palestra para empresários gaúchos recebeu a imprensa ainda no aeroporto Salgado Filho. Ele elogiou proposta no texto constitucional que estabeleça como uma das funções das Forças Armadas a defesa da pátria contra agressões externas, "com os poderes constitucionais e não com os poderes constituídos, como estava antes". Quanto à anistia para os militares punidos pelo movimento de 64, o ex-

presidente considera que deve haver ressarcimento pelos prejuízos sofridos, mas que "as Forças Armadas não podem ser obrigadas a aceitar gente sem condição de assumir os cargos. Frisando ser "um sofisma" a afirmação de que um tenente em 64 seria, atualmente, um coronel ou general, já que há necessidade de diversos cursos para subir na carreira militar.

A noite, na palestra para empresários, Figueiredo garantiu não ter pretensões de voltar à Presidência da República. Para ele, o único candidato em condições "e força para endireitar o País é Jesus Cristo". Mostrando-se preocupado com a crise econômico-social do País, o ex-presidente evitou dar opinião mais detalhada sobre a possibilidade de haver retrocesso político. "Não sou profeta", cortou. Negou-se também a fazer avaliação do governo José Sarney, mas observou que, diante do "grau, nível de instrução do povo e organização partidária" muito fracos, o parlamentarismo não se adaptaria muito bem ao País. Não concordando nem com a fórmula de um parlamentarismo negociado, Figueiredo considerou, por fim, "uma boa solução" as articulações do PFL e do PDS para formar um partido de centro, "fator de equilíbrio em relação aos extremismos".

Prefeito confirma a ação de atravessador

AGÊNCIA ESTADO

O prefeito Valdirio Prisco, de Ribeirão Pires, no ABC paulista, confirmou ontem a contratação dos serviços de uma empresa de assessoria, a Proplasa Projetos e Planejamento S.A., para conseguir empréstimos da Caixa Econômica Federal num total de 710 mil OTNs (pouco mais de Cz\$ 285 milhões). Ele negou, entretanto, que tivesse sido intimado a depor na Polícia Federal para explicar a inesperada liberação do dinheiro, requerido há mais de três anos e só colocado à disposição da prefeitura após a assinatura de um contrato com o escritório, no último dia 10.

Prisco afirmou que a contratação de intermediários, que neste caso custou aos cofres municipais Cz\$ 9 milhões, equivalentes a 3,15% do valor do empréstimo, poderia ser dispensada caso o governo federal "não dificultasse tanto, com burocracia inútil", o acesso dos municípios às verbas disponíveis. "Nenhum município tem hoje condições de tomar empréstimos sem recorrer a esse tipo de assessoria", disse, reconhecendo que os serviços prestados por tais escritórios têm como ponto principal as viagens a Brasília. "Acredito que esta atividade de lobistas esteja tão agigantada no Brasil que existam centenas de escritórios espalhados por todo quanto é lugar", comentou.

Valdirio Prisco disse ainda que todos os projetos realizados por esses escritórios de assessoria poderiam ser desenvolvidos por técnicos das próprias prefeituras, "por um custo muito menor".

O proprietário da Proplasa, Geraldo Serra, professor na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, negou que a atividade desenvolvida no seu escritório tenha algo a ver com o tráfico de influência. "Aqui somos todos arquitetos, engenheiros ou desenhistas", enfatizou, refutando a versão do prefeito, de que as viagens a Brasília fazem parte do contrato: "Fui uma vez a Brasília, acompanhar prefeitos municipalistas numa marcha por liberação de recursos".

Serra afirmou que toda essa movimentação em torno da figura do lobista, que ele diz existir, sem qualquer dúvida, pretende jogar uma cortina de fumaça sobre uma discussão mais importante, que se trava na Constituinte, e que diz respeito à justa distribuição das verbas públicas, hoje concentradas na União: "Esta é a raiz do problema, que precisa ser analisada com profundidade. Por que os municípios têm de recorrer a empréstimos?", indaga.

NO SUL

Ontem, começaram a surgir no Rio Grande do Sul as primeiras denúncias de que as prefeituras só conseguem a liberação de verbas federais mediante a ação de atravessadores, ligados a órgãos públicos, em Brasília, que exigem comissão sobre esses recursos. O prefeito de Santo Angelo, 495 quilômetros a noroeste de Porto Alegre, Mauro Azeredo, informou ao vice-prefeito, Luis Valdirio Andrez, que está com dificuldade para receber Cz\$ 13 milhões da EBTU (Empresa Brasileira de Transportes Urbanos), porque se recusa a pagar comissão a intermediários. Já o vereador Nelson Cecom, de São Borja, cidade distante 621 quilômetros da capital, denunciou na Câmara que presenciou um telefonema de Brasília para o prefeito local, Mário Weiss, exigindo propina para a liberação de verba federal destinada a projetos municipais.

BRESSER

Um sistema de acompanhamento e de fiscalização rígida dos pedidos de recursos do FAS (Fundo de Assistência Social) junto à Caixa Econômica Federal deverá ser implantado após a volta do ministro Bresser Pereira, da Fazenda, de sua viagem aos Estados Unidos para renegociar a dívida externa brasileira. A informação foi dada em Brasília por seu assessor político, ex-deputado Ayrton Soares. Segundo ele, isso permitirá maior fluidez aos processos, evitando-se favorecimentos e corrupção. Ayrton Soares reconheceu haver mecanismos para fazer um pedido de verbas andar mais depressa que outro na CEF: "É o vício da máquina governamental", disse.

Assembléia aprova lei contra 'marajás'

A emenda do governador Orestes Quéricia, que altera o artigo 92 da Constituição do Estado para acabar com os marajás do serviço público, foi aprovada na assembléia por 65 votos a zero e deverá ser promulgada pela Mesa do Legislativo terça-feira.

A Justiça, agora, já pode ir se preparando para acolher um número imprevisível de ações de servidores, que deverão bater às suas portas para defender seus direitos, que continuariam garantidos pela Constituição Federal. Esse é o entendimento do PT, do PTB e até mesmo de deputados do PMDB que aprovaram a proposta do governador mesmo sabendo que ela não resolverá o problema. Mas é um primeiro passo, justificaram todos.

A emenda de Quéricia cria mecanismos para que o governo fixe um piso e um teto para o serviço público, proibindo a incidência recíproca e sucessiva das vantagens pecuniárias incorporadas aos vencimentos do funcionalismo — efeito cascata —, que acaba produzindo os salários dos marajás da administração direta e indireta. Ela mantém, entretanto, o adicional por tempo de serviço, concedido a cada cinco anos, e a sexta parte dos vencimentos integrais, após 25 anos de exercício efetivo de função pública.

Segundo o deputado Barros Munhoz, líder do PTB, o próprio secretário Goldman, que trabalhou na elaboração da proposta, admite que ela não corrigirá o efeito cascata.